



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, DO
SENADO FEDERAL**

LUIZ CARLOS DO CARMO, brasileiro, [REDACTED] Senador da República, portador de CPF nº [REDACTED] RG nº [REDACTED], título de eleitor nº [REDACTED] quite com suas obrigações eleitorais, com endereço no Senado Federal, Anexo 2, Ala Alexandre Costa, 1º pavimento, Gabinete 21, Praça dos Três Poderes- Brasília-DF, CEP 70165900 vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com base nos artigos 22 c/c artigo 5º da Resolução do Senado Federal n. 20/93 – Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal- e artigo 23 e 24 do Regimento Interno do Senado Federal, apresentar

DENÚNCIA

em face de **JORGE KAJURU REIS DA COSTA NASSER**, brasileiro, Senador da República, podendo ser localizado no Senado Federal, Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 16, Praça dos Três Poderes- Brasília- DF, CEP 70165900, pelos fatos e fundamentos que se seguem:



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

I- DOS FATOS:

Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru, ora denunciado, publicou em sua conta de rede social do aplicativo Instagram, insinuações onde aponta emendas parlamentares questionáveis sobre a pessoa do Senador Luiz do Carmo e outros parlamentares, o qual está vinculado à seguinte imagem com seguinte texto:

“Valor de emendas parlamentares sem carimbo mais que dobra em Goiás - O Popular”

Na publicação, além de questionar emenda parlamentar, que é instrumento garantido aos deputados federais e senadores brasileiros em relação ao orçamento da União, Jorge Kajuru refere-se ao Senador Luiz do Carmo como uma pessoa em quem não se deve confiar, ou seja, que faz mau uso do dinheiro público. Veja o trecho:

“DE UM LADO AQUI TEM NOMES COMO ELIAS VAZ E FLÁVIA MORAES QUE EU CONFIO, MAS A LISTA TEM MAGDA MOFATTO, LUIZ DO CARMO, ETC...”

A imparcialidade demonstrada nessa citação só corrobora com a intenção de manchar a imagem do senador Luiz do Carmo, o que vem fazendo há muito tempo em outras oportunidades completamente infundadas. Veja, ele somente “desconfia” de alguns, ou seja, uma clara perseguição política descarada e repetidamente feita ao longo dos anos, pois o tem como um “adversário político” dentro do estado de Goiás.

Tal suposição, mais que claramente, tem a intenção de desmoralizar e insinuar que o parlamentar, ora denunciante, está usando do dinheiro público de maneira indevida. Vejamos a íntegra dessa publicação:

“POR FAVOR, VEJAM SE MEU NOME JORGE KAJURU ESTÁ NA LISTA!!! ISTO CHEIRA MUTRETA, NEGOCIAÇÃO NA HORA QUE DEFINIR PRA ONDE VAI O DINHEIRO!!! CERTO É A EMENDA SAIR DAQUI SABENDO SEU DESTINO E HAVENDO FISCALIZAÇÃO!!! DE UM LADO



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

AQUI TEM NOMES COMO ELIAS VAZ E FLÁVIA MORAES QUE EU CONFIO, MAS A LISTA TEM MAGDA MOFATTO, LUIZ DO CARMO, ETC...”.

Diante do exposto, não resta alternativa ao denunciante a não ser a presente de Denúncia contra o representado, por quebra de decoro parlamentar.

II- DO DIREITO

DA LEGITIMIDADE DE DENÚNCIA NO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Cabe ao parlamentar observar fielmente os valores sociais de probidade, decoro e urbanidade, no curso de seu mandato, sob pena de afronta ao Código de Ética e Decoro Parlamentar desta insigne casa legislativa (Resolução nº20/1993).

Os Senadores da República devem seguir os preceitos impostos nos diversos regramentos jurídicos internos e externos que regulamentam a vida parlamentar, conforme artigo primeiro do Código de Ética e Decoro Parlamentar:

Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Assim, por ser membro desta casa, deve seguir todas as diretrizes e regramentos legais. Ainda, o mesmo código, em seu artigo 17, estabelece que qualquer parlamentar poderá oferecer denúncias relativas ao seu descumprimento, conforme segue abaixo transcrito:

Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

Diante disso, resta demonstrada a legitimidade do senador ora representante.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

DO AFASTAMENTO DA IMUNIDADE MATERIAL

A imunidade parlamentar é uma garantia constitucional que dá liberdade ao parlamentar de expressar-se com independência no exercício do mandato.

Contudo, o sensacionalismo e as graves ofensas perpetradas pelo Denunciado, não condizem com a postura que se espera de um parlamentar, cargo tão importante para o Estado Democrático de Direito.

É inconcebível que o parlamentar utilize de sua imunidade parlamentar para ofender a honra de seus pares, vez que essa prerrogativa **não é absoluta**, conforme segue abaixo diversos entendimentos do egrégio Supremo Tribunal Federal:

A imunidade material prevista no art. 53, *caput*, da Constituição **não é absoluta**, pois somente se verifica nos casos em que a conduta possa ter alguma relação com o exercício do mandato parlamentar. Embora a atividade jornalística exercida pelo querelado não seja incompatível com atividade política, **há indícios suficientemente robustos de que as declarações do querelado, além de exorbitarem o limite da simples opinião, foram por ele proferidas na condição exclusiva de jornalista.**

[Inq 2.134, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 23-3-2006, P, DJ de 2-2-2007.]

A garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material (CF, art. 53, *caput*) – destinada a viabilizar a prática independente, pelo membro do Congresso Nacional, do mandato legislativo de que é titular – não se estende ao congressista, **quando, na condição de candidato a qualquer cargo eletivo, vem a ofender, moralmente, a honra de terceira pessoa, inclusive a de outros candidatos, em pronunciamento motivado por finalidade exclusivamente eleitoral, que não guarda qualquer conexão com o exercício das funções congressuais.**

[Inq 1.400 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 4-12-2002, P, DJ de 10-10-2003.]

= ARE 674.093, rel. min. Gilmar Mendes, j. 20-3-2012, dec. monocrática, DJE de 26-3-2012

= AI 657.235 ED, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 7-12-2010, 2ª T, DJE de 1º-2-2011

In casu, o querelado é acusado de ter publicado, através do Facebook, trecho cortado de um discurso do querelante, conferindo-lhe conotação racista. É que, no trecho publicado, reproduz-se unicamente a frase “uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa”. Ocorre que, ao conferir-se a íntegra do discurso no site do Congresso Nacional, verifica-se



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

que o sentido da fala do querelante era absolutamente oposto ao veiculado pelo querelado, conforme se extrai do seguinte trecho: “há um imaginário impregnado, sobretudo nos agentes das forças de segurança, de que uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa”. O ato de edição, corte ou montagem, segundo a lição especializada, “tem por objetivo guiar o espectador”, razão pela qual o seu emprego, quando voltado a difamar a honra de terceiros, configura o dolo da prática, em tese, criminosa. Consectariamente, conclui-se que a publicação do vídeo, mediante corte da fala original, constituiu emprego de expediente fraudulento, voltado a atribuir ao querelante fato ofensivo à sua honra, qual seja, a prática de preconceito racial e social. O animus difamandi conduz, nesta fase, ao recebimento da queixa-crime. a) A imunidade parlamentar material cobra, para sua incidência no momento do recebimento da denúncia, a constatação, primo *ictu oculi*, do liame direto entre o fato apontado como crime contra a honra e o exercício do mandato parlamentar, pelo ofensor. A liberdade de opinião e manifestação do parlamentar, *ratione muneris*, impõe contornos à imunidade material, nos limites estritamente necessários à defesa do mandato contra o arbítrio, à luz do princípio republicano que norteia a CF. A imunidade parlamentar material, estabelecida para fins de proteção republicana ao livre exercício do mandato, não confere aos parlamentares o direito de empregar expediente fraudulento, artificioso ou ardiloso, voltado a alterar a verdade da informação, com o fim de desqualificar ou imputar fato desonroso à reputação de terceiros. Consectariamente, cuidando-se de manifestação veiculada por meio de ampla divulgação (rede social), destituída, ao menos numa análise prelibatória, de relação intrínseca com o livre exercício da função parlamentar, deve ser afastada a incidência da imunidade prevista no art. 53 da CF.

[Pet 5.705, rel. min. Luiz Fux, j. 5-9-2017, 1ª T, DJE de 13-10-2017.]

Como se pode observar, a imunidade material é uma prerrogativa que deve ser preservada, porém, seu uso indiscriminado é inaceitável.

A ofensa discriminada contra este Denunciante **não guarda qualquer relação com o exercício de seu mandato parlamentar**. Trata-se de ação puramente difamatória contra a honra de seu colega parlamentar para distorcer de forma negativa sua imagem perante a sociedade.

Não é compatível com o ordenamento jurídico brasileiro que um membro do parlamento use dessa prerrogativa para fins que não seja condizente com suas atividades parlamentares. Afinal, **“imunidade material é sinônimo de democracia”** (LENZA, Pedro, *Direito Constitucional Esquematizado*, 17ª ed., p.367) e como tal, deve valer-se de conduta proba e condizente com a função para qual foi eleito democraticamente pelo povo.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

Ao expressar ofensas e tamanho desrespeito, o Representado abusa de suas prerrogativas, não sendo concebida a proteção da imunidade material.

DA QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

Quando o Senador Kajuru menciona “ISTO CHEIRA MUTRETA, NEGOCIAÇÃO NA HORA QUE DEFINIR PRA ONDE VAI O DINHEIRO” nada mais faz que intitular que os nomes publicados nesse jornal estejam supostamente enviando emendas indiscriminadamente e sem a legalidade devida.

Tal acusação é demonstra uma atitude que não é digna de um parlamentar que tanto diz presar por “transparência e honestidade”, uma vez que faz acusações desonestas e maldosas em relação a este representante. Percebe-se que usa do cargo para profanar palavras difamatórias contra seus pares, com fim explicitamente político.

Como se não bastasse à ofensa sentida na individualidade da pessoa do senador, **incita, ainda, todos aqueles que tiveram acesso à sua rede social a achar que o então senador realmente é essa pessoa que expôs**. A sua honra foi violada e manchada por essa falácia, buscando expor de forma negativa sua imagem.

Ao fazer uso de ofensas tão danosas, o parlamentar se porta de maneira indigna com o cargo que exerce, deixando de se comprometer com suas atividades parlamentares para difamar seus pares, como foi com este Denunciante, ocorrendo em evidente quebra de decoro parlamentar. Nesse sentido, é o que dispõe o artigo 55 da Constituição Federal de 1988 e art. 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, conforme segue respectivamente:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

§ 1º - **É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional** ou a percepção de vantagens indevidas.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

Art. 5º Consideram-se **incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar**:

I – O **abuso das prerrogativas constitucionais** asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

Tais atitudes são completamente reprováveis do ponto de vista ético e moral deste parlamento e de qualquer outro lugar onde se preza pelo bom debate político. No campo legal, a quebra de decoro enseja, como vimos, até a perda de mandato, pois é intolerável sua violação.

Como parlamentar, o Senador deve respeito aos princípios administrativos, especialmente ao da moralidade e boa-fé, o que não se vislumbrou nesta vexatória exposição.

O Senado representa os estados e os senadores são eleitos democraticamente pelo povo, e assim sendo, espera-se verdade e relevância dos assuntos a serem explanados por seus pares.

No mais, o próprio regimento interno também proíbe o uso de expressões insultuosas, conforme artigo 19, vejamos:

Art. 19. Ao Senador é vedado:

- usar de expressões descorteses ou insultuosas;

Desta feita, resta demonstrado claramente que o Denunciado viola o decoro, a ética e a moral inerentes ao mandato que exerce, abusando de suas prerrogativas em virtude do cargo que exerce.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador LUIZ DO CARMO

III- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a devida **condenação do Senador Kajuru nas sanções éticas e disciplinares previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal**. Reque-se, ainda que:

- a. Seja admitida a presente Denúncia pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal;
- b. A abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar contra o denunciado pelos abusos de suas prerrogativas constitucionais;
- c. A notificação do Denunciado para se quiser, apresentar sua defesa no prazo legal;
- d. Provar por todos os meios de provas admitidos em direito, especialmente pelos documentos acostados aos autos.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 17 de março de 2021

SENADOR LUIZ CARLOS DO CARMO

Valor de emendas parlamentares sem carimbo mais que dobra em Goiás

Recursos enviados a Estado e municípios goianos via transferências especiais por parlamentares cresceram 164% neste ano, em comparação a 2020, e somam R\$ 77 milhões

14/03/2021 - 20:59





SenadorKajuru SenadorKajuru KajuruGoias KajuruOficial



senadorkajuru • Seguindo
Senado Federal



POR FAVOR, VEJAM SE MEU NOME JORGE KAJURU ESTÁ NA LISTA!!! ISTO CHEIRA MUTRETA, NEGOCIAÇÃO NA HORA QUE DEFINIR PRA ONDE VAI O DINHEIRO!!! CERTO É A EMENDA SAIR DAQUI SABENDO SEU DESTINO E HAVENDO FISCALIZAÇÃO!!! DE UM LADO AQUI TEM NOMES COMO ELIAS VAZ E FLÁVIA MORAES QUE EU CONFIO, MAS A LISTA TEM MAGDA MOFATTO, LUIZ DO CARMO, ETC...

1 d



joseelyvelosodasilva Kd o impeachment do Moraes? Nos



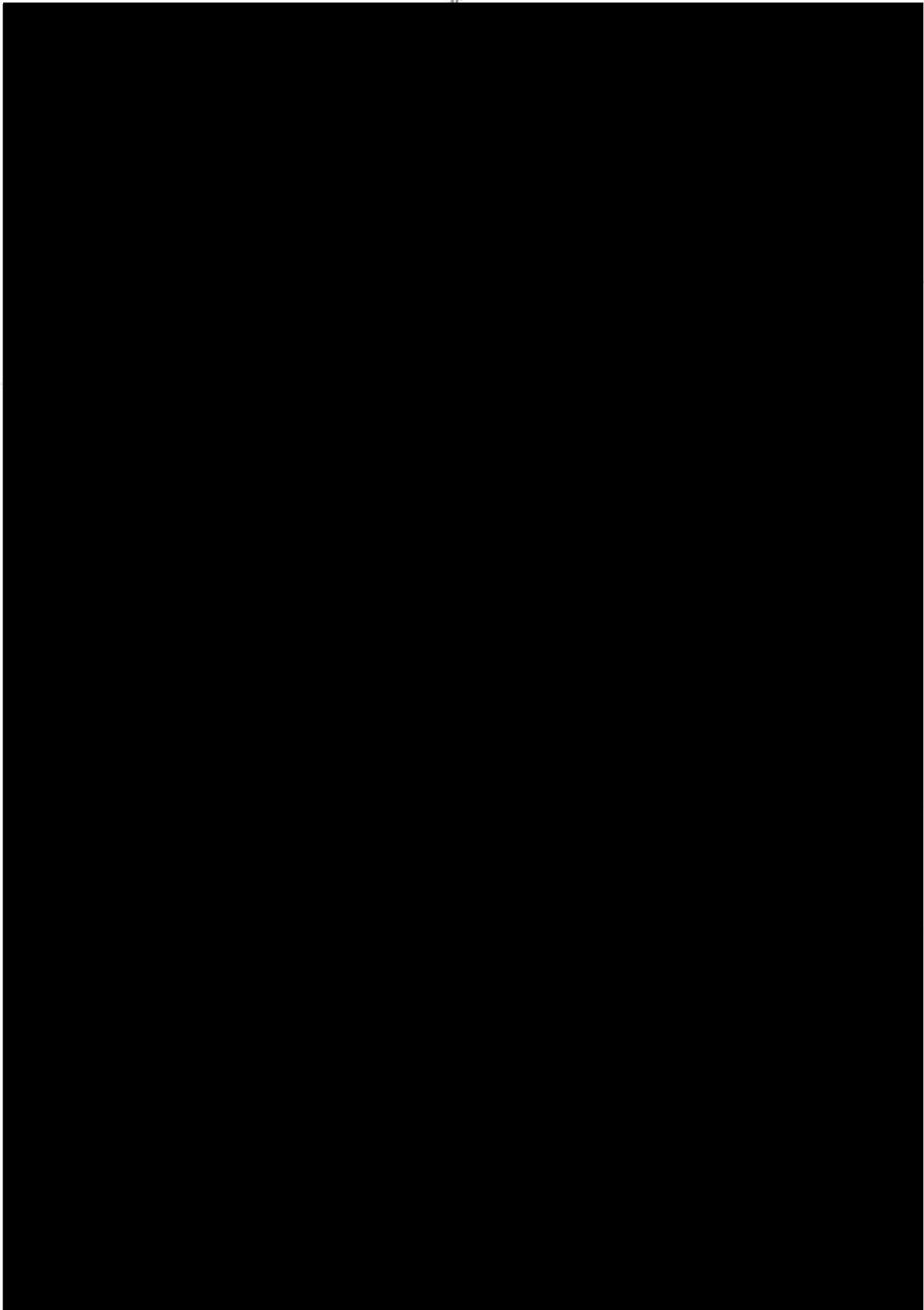
Curtido por jose.netozn e outras 898 pessoas

HÁ 1 DIA



Adicione um comentário...

Publicar





JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **LUIZ CARLOS DO CARMO**

Inscrição: [REDACTED]

Zona: [REDACTED] Seção: [REDACTED]

Município: [REDACTED]

UF: [REDACTED]

Data de nascimento: [REDACTED]

Domicílio desde: [REDACTED]

Filiação: - [REDACTED]
- [REDACTED]

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): EMPRESÁRIO

Certidão emitida às 14:35 em 18/03/2021

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

PUJH.3TAK.JMSL.NPXB